

Ética e Interpretação Econômica*

Frank Hyneman Knight

Considerações sobre o problema de âmbito e método - Ambas, economia e ética, lidam com valores - A economia como ciência pura tem dado pouquíssima atenção à separação de constantes e variáveis - Medida em que desejos podem ser considerados como dados - Interpretação econômica como uma teoria da conduta - São as motivações humanas predominantes instintivas? - A teoria da adaptação - A teoria do prazer - A economia como um estudo da adaptação de meios a fins - O que vem a ser ética? - Três espécies de tratamento da conduta.

Certos aspectos da doutrina da "Interpretação Econômica" formam um curso natural e conveniente de acesso a uma consideração das relações entre economia e ética, e esclarecem o propósito e o método dessas duas divisões do conhecimento. Estes aspectos mais gerais da questão constituem o objetivo deste artigo, que não tem como motivo principal uma intenção de contribuir para a discussão técnica da famosa teoria indicada no título. Esta teoria é útil para os propósitos presentes porque ela levanta a questão fundamental quanto a existir realmente um lugar no esquema de pensamento para uma ética independente, ou se, alternativamente, a ética deveria ser substituída por uma espécie de economia superior.

Economia e ética, naturalmente, tornam-se intimamente relacionadas entre si porque ambas reconhecidamente lidam com valores. Duas dessas linhas de relação são especialmente interessantes por iniciar o problema do âmbito e método na economia.

Em primeiro lugar, a separação entre teoria e prática, ou entre ciência e arte, introduz dificuldades especiais neste campo, por razões que nos distanciaríamos de nosso tema central, se aqui elaboradas. O resultado infeliz mas comum dessa questão é que os economistas têm gasto a maior parte de seu esforço discutindo se a ciência está propriamente relacionada com fatos e relações de causa e efeito, ou com "bem estar". Em outras áreas da ciência tal controvérsia pareceria absurda.

Existe outra origem de confusão mais profunda na concepção do método da economia, que também envolve a relação entre economia e ética, e que introduzirá diretamente o problema deste artigo. Ele está relacionado com os dados funda-

* "Ethics and the Economic Interpretation". *The Quarterly Journal of Economics* XXXVI (1922), pp. 454-81. Reproduzido em *The Ethics of Competition and Other Essays*. New York: A. M. Kelly, 1951. Tradução de Sonia Maria Pinheiro da Silveira, revisão de Antonio Maria da Silveira, antes publicada nas *Edições Multiplic* I (out. 1980), pp. 3-23.

mentais da economia, vista como ciência pura, dedicada à busca da verdade e isenta de qualquer preconceito quanto ao bem ou mal em seus princípios e resultados. Nesse sentido também a economia está muito aquém das ciências naturais. Atenção insuficiente tem sido dada à separação entre constantes e variáveis; discussão inútil e esforço desperdiçado têm ocorrido por se fazer vista grossa ao fato de que constantes de um ponto de vista, podem ser variáveis de outro; isto se aplica particularmente àqueles fatores que são sensivelmente constantes num curto período de tempo e que devem ser tratados como variáveis, quando períodos mais longos estão em discussão.

Dos diversos tipos de dados com que lida a economia, nenhum grupo é mais fundamental, ou mais universal e indiscutivelmente reconhecido como tal, do que os desejos humanos. Entretanto, um dos propósitos principais da presente discussão é levantar a grave questão do sentido em que esses desejos podem ser tratados como dados ou, mesmo, se eles podem ser corretamente considerados dados científicos. Nossa intenção é sugerir que esses desejos, que são o ponto de partida comum da argumentação econômica, são, de um ponto de vista mais crítico, a mais obstinadamente incógnita de todas as incógnitas no sistema completo de variáveis com que lida a ciência econômica. A resposta a esta questão de se e em que sentido desejos são dados, estará contida no esclarecimento da natureza da economia como ciência, da natureza da ética, e das relações entre as duas. Caso desejos humanos sejam considerados dados no sentido fundamental para fins científicos, parece que não haverá lugar para a teoria da ética no sentido em que ela é concebida pelos especialistas em ética, mas que seu lugar deve ser ocupado pela economia. Será interessante observar que em vista de uma distinção logicamente correta entre ética e economia, não somente uma grande maioria de economistas, mas ainda uma porção não menor de pensadores que se intitulam especialistas em ética, não têm realmente acreditado na ética senão no sentido de uma economia mais ou menos "glorificada".

Para apresentar do início e sucintamente o ponto fundamental, são os estímulos com os quais a economia tem a ver – o que é dizer as motivações humanas em geral – "anseios", "desejos", de natureza tal que possam ser adequadamente tratados como fatos no sentido científico, ou são eles "valores", de caráter essencialmente diferente, inadequados à descrição científica ou à manipulação lógica? Pois, se crescimento e modificação forem da condição intrínseca de uma coisa, ela não poderá servir como dado científico. Uma ciência deve ter um tema "estático"; ela deve falar sobre coisas que permanecerão imutáveis; de outra maneira suas afirmações não continuarão verdadeiras depois de serem feitas e não haverá razão para fazê-las. A economia sempre tratou desejos e motivações como fatos, de um caráter suscetível a afirmações em proposições, e suficientemente estáveis durante o período de atividade para se qualificarem a ser tratados como causas daquela atividade num sentido científico. Ela tem, dessa maneira, considerado a vida como um processo de satisfação de desejos. Se isto é verdade, então a vida é uma matéria da economia; somente se for uma inverdade, ou uma visão muito inadequada da verdade, somente se for uma "criação de valores" for distintamente mais do que a satisfação de desejos, há lugar para a ética num sentido logicamente separável da economia.

O tratamento de desejos como dados, a partir dos quais e com os quais se deduz, tem sido já contestado mais de uma vez de maneira mais ou menos obscura e indireta. Dúvidas mais ou menos conscientes a esse respeito estão subjacentes aos primeiros protestos dos economistas da "variedade histórica" contra a economia clássica dedutiva, e o mesmo é verdadeiro, numa maneira mais auto-consciente,

para o criticismo levantado pelo “historismo” moderno e pela “economia institucional” de Veblen, Hamilton, e J. M. Clark. Assim, Clark¹ especialmente, cuja posição mais se assemelha a esta aqui tomada, observa que os desejos que impelem a atividade econômica e para cuja satisfação ela é exercida, são produtos do próprio processo econômico: “Num simples estabelecimento de negócios, um departamento fornece os desejos que devem ser satisfeitos por outros departamentos”. Até aqui a principal ênfase tem sido colocada na instabilidade fatural dos desejos e na possibilidade de serem mudados tanto quanto satisfeitos pela atividade empresarial. Isto é comumente associado a uma atitude depreciativa, uma tendência a encarar o crescimento de desejos como funesto, e a criação de outros novos como um mal; de que não são responsáveis a propaganda e a arte de vender nas mãos de Veblen, por exemplo! Do ponto de vista do hedonismo, o que é falar da filosofia de vida econômica, esta conclusão é indubitavelmente correta. Se o Bom é satisfação, não há nenhuma diferença qualitativa, nada “superior” e “inferior” entre os desejos e é melhor aquilo que é menor e mais facilmente satisfeito.

Não é em nenhum terreno sentimental ou idealístico que argumentaremos contra esta posição, mas como uma simples questão de fatos sobre como o homem comum concebe seus próprios desejos e os interpreta na conduta. Desejos, lembramos, não apenas *são* instáveis, mutáveis de acordo com toda sorte de influência, mas é da essência de sua natureza mudar e crescer; é uma necessidade intrínseca, inerente a eles. A coisa mais importante que o indivíduo comum realmente quer não é a satisfação de seus desejos, mas mais e *melhores* desejos. As coisas que ele luta para conseguir, no sentido mais imediato, são muito mais o que ele pensa que deve querer do que aquilo que sua preferência não-tutelada sugere. Esta noção do que alguém *deve* querer, em contraste com o desejo real, é mais forte no irrefletido do que naqueles sofisticados pela educação. É o último que se questiona na “tolerante” atitude (econômica) do *de gustibus non disputandum*; o homem da rua está mais propenso a ver o indivíduo cujos gostos são “errados” como uma pessoa ordinária, que deve ser desprezada, quando não espancada ou morta.

Uma cultura mais saudável modifica essa mentalidade, sem dúvida, mas ela é dirigida para uma forma de tolerância muito diferente da noção de que um gosto ou julgamento é tão bom quanto outro qualquer, que uma questão de preferência é tudo o que há de fundamental sobre a questão de desejos. A consideração de desejos pela pessoa que os está comparando a fim de guiar sua conduta e conseqüentemente, é claro, para o estudo científico, gravita, dessa maneira, em torno do *criticismo de padrões*, o que parece ser uma coisa bem diferente da comparação de magnitudes dadas. O indivíduo que está agindo deliberadamente não está simplesmente, nem talvez principalmente, tentando satisfazer certos desejos; há sempre realmente presente e operante, embora no subconsciente, a idéia e o *anseio por um novo desejo* a ser perseguido quando o presente objetivo já estiver ultrapassado. Desejos novos e “mais elevados”, mais desenvolvidos e elaborados, funcionam como fins e estímulos da ação, além do objetivo para o qual o desejo é momentaneamente dirigido. O “objeto” no sentido estrito do presente desejo é provisório; ele é tanto um meio para um novo desejo como um fim para o anterior, e toda atividade intelligen-

¹ “Economics and Modern Psychology”, *Journal of Political Economy*, janeiro e fevereiro, 1918. A citação é da página 8.

temente consciente é dirigida para frente, para diante e para cima, indefinidamente. A vida não é fundamentalmente um esforço para fins, para satisfação, mas antes por bases para futuros esforços; o desejo é mais fundamental para a conduta do que o é a realização, ou melhor, a verdadeira realização é o refinamento e elevação do plano do desejo, a apuração do gosto. E deixe-nos reiterar que tudo isto é verdade *para a pessoa que está agindo*, não simplesmente para quem está de fora, filosofando sobre o evento.

Para substanciar e apoiar a doutrina até aqui esboçada, nós passamos a considerar rapidamente a visão oposta, que é aquela da "interpretação econômica". Historicamente esta doutrina está associada ao assim chamado socialismo "científico",² mas nós estamos aqui interessados nela não em conexão com qualquer propaganda ou política, mas simplesmente como uma teoria de conduta, como uma resposta à questão da relação entre economia e ética. Nossa primeira tarefa é descobrir o verdadeiro significado da doutrina.

As apresentações um tanto variadas da teoria se reduzem em geral à proposição de que o curso da história é "determinado" por considerações "econômicas" ou "materialistas". Todos esses termos levantam problemas de interpretação, mas o tema pode ser explicado rapidamente. Em primeiro lugar, o curso da história é uma questão de comportamento humano, e nós iremos, como já indicado, considerar o problema no seu aspecto mais amplo como uma teoria geral da motivação. Quanto à palavra "determinado", é de aceitação corriqueira que a conduta é determinada por motivações; a afirmação é realmente um truísmo. O problema refere-se então ao caráter fundamental das motivações; são elas apropriadamente descritas como materialistas, ou econômicas, em sua natureza? Entre estes dois termos é melhor usar "econômicas", uma motivação "materialista" pareceria ser uma contradição de termos; uma "motivação" é sem sentido a menos que seja admitida como um fenômeno de estado consciente. A posição contrária levar-nos-ia de volta à negação de que a conduta é determinada por quaisquer motivações. Sem tentar uma discussão filosófica da questão, tomaremos a posição de senso comum.³

São as motivações humanas, então, fundamental ou predominantemente econômicas? Se a expressão "motivação econômica" deve ter algum significado definido e inteligível, deve ser possível distinguir entre motivações econômicas e outras motivações. A expressão é, por certo, largamente usada na discussão erudita ou científica tanto quanto na conversa do dia a dia, com a noção de que tal diferenciação existe, mas uma análise falha em apontar qualquer base definitiva para tal, ou em mostrar qualquer demarcação que não seja arbitrária ou não científica. A grosso modo, o contraste entre os desejos econômicos e outros correspondente àquele entre inferiores e superiores, ou necessários e supérfluos. Supõe-se que as motivações econômicas são mais "fundamentais", elas surgem das necessidades, ou pelo

² Seria difícil imaginar um time mais mal sintonizado do que o fatalismo como base de credo para a propaganda revolucionária, e a filosofia mecanicista de força cruel e guerra de classes como justificativa para uma transformação moral do mundo.

³ Na opinião do autor uma atitude de ciência pura em psicologia leva inevitavelmente para o behaviorismo, para uma discussão de estimulação e resposta com o estado de consciência de fora, isto é, desliga-se da "psicologia". Mas isto é falso de acordo com os fatos. Os cientistas devem reconhecer que nós não podemos libertar qualquer ciência, nem mesmo a física, para nada dizer da psicologia, inteiramente dos elementos subjetivos e formulá-la em termos puramente objetivos.

menos das exigências, ou no mínimo dos desejos mais universais, estáveis e materialmente fundamentados dos homens. Os propagadores socialistas da teoria em discussão inclinaram-se em direção a uma concepção mais estreita, mais definitiva e lógica, de necessidades absolutas.⁴

A noção popular, como é mostrada por estudantes iniciando o curso de economia e também comum em definições de livros texto da ciência, é a de que o lado econômico da vida é resumido no “ganhar a vida”. Mas o que é a vida? Se por isto entende-se a vida como ela é realmente vivida, tudo está incluído, recreação, cultura e mesmo religião; não há base para uma distinção entre a economia e outra coisa qualquer e os termos nada significam. No outro extremo estaria a idéia do que é realmente necessário, os requisitos fisiológicos para manter a vida. Mesmo isto torna-se desesperadamente ambíguo quando examinado. “Vida” significa a vida do indivíduo somente, ou a do grupo ou raça? Se o último, inclui-se crescimento do grupo ou somente sua manutenção no nível existente, ou em algum outro nível? O que é “necessário” refere-se a condições sob as quais a vida *será* preservada ou os números mantidos ou aumentados, ou somente àquelas sob as quais isto *poderia* ser feito? E sob que suposições quanto aos gostos e normas, e o equipamento científico e tecnológico do povo? Mesmo se imaginarmos uma população rigidamente controlada quanto à sua função reprodutiva (o que é dificilmente concebível), a taxa de nascimento necessária para manter os números em um nível constante dependeria da taxa de mortalidade, variando assim *largamente* com a própria escala de vida. Duvidamos que o conceito de necessidade possa ser definido, mesmo teoricamente, em termos suficientemente objetivos para ser utilizado com propósitos científicos.

Entre estes dois extremos, o que as pessoas obtêm e o que elas rigorosamente necessitam a fim de viver, a única alternativa é alguma noção convencional do que é “socialmente necessário”, ou de um “mínimo decente”. É óbvio que tal conceito de “vida” é ainda mais indefinido do que os outros, e o caminho não dá margem a qualquer diferenciação objetivamente fundamentada entre o ganhar a vida e qualquer espécie ou porção da atividade humana.⁵

Outra noção comumente aceita do significado de atividade econômica é que ela inclui tudo o que envolve ganhar e gastar dinheiro, ou criar e usar coisas que possuem valor monetário. Será argumentado agora que isto é substancialmente correto apenas para objetivos práticos, embora direta ou indiretamente, cubra virtualmente toda a atividade da vida do homem moderno e tenha de ser limitado a certos aspectos desta atividade. É interessante perguntar quanto de nossa atividade econômica habitual (econômica no sentido indicado) diz respeito a coisas que possam ser razoavelmente defendidas como sendo “úteis” – para não dizer necessárias – se por útil nós queremos dizer que ela contribui para a saúde e eficiência, ou mesmo para a felicidade. Se começarmos com alimento, a mais material e necessária de nossas

⁴ Inúmeras citações poderiam ser usadas de socialistas e outras para ilustrar e provar a afirmação. Marx, na realidade, é tipicamente vago e metafísico. Talvez uma afirmação tão clara como outra qualquer seja a de Engels: “A consideração determinante é sempre a produção e reprodução de vida presente”. (De um artigo do *Sozialistische Akademiker*, citado em Ghent, *Mass and Class*, chap. 1.)

⁵ O contraste entre trabalho e lazer pode vir à mente nesse ponto, mas um pequeno escrutínio mostrará que isso não diminuiria a dificuldade. Num próximo artigo diremos alguma coisa a respeito dos aspectos econômicos e éticos do lazer.

necessidades, é óbvio que apenas uma fração de um modesto dispêndio para pensão numa cidade estadunidense entraria nesta categoria.⁶ E continuando por ordem as nossas outras necessidades “materiais”, vestuário, moradia, móveis, etc., é aparente que quanto mais longe vamos, menor se torna a fração. E não é uma grande fração de uma renda razoavelmente confortável que vai para todos esses itens, se os aspectos puramente ornamentais, recreativos e sociais forem excluídos.

Além disso, quando examinamos atentamente os motivos reais da conduta real, fica claro que as motivações humanas conscientemente sentidas não são dirigidas para nutrição, proteção contra os elementos, etc., o significado fisiológico das coisas para as quais o dinheiro é gasto. Os homens desejam alimento, vestuário, abrigo, etc., *das espécies e quantidades convencionais*. É um argumento etnológico muito conhecido que os homens de um grupo social passarão fome e frio antes de adotarem a dieta e a vestimenta de outros grupos. Somente sob extrema necessidade, pensamos em termos das necessidades físicas mais fundamentais como fins; a compulsão para enfrentar a vida neste nível é equivalente à miséria abjeta. Uma grande proporção da humanidade civilizada certamente cometeria suicídio em vez de aceitar a vida em tais condições, se excluída a expectativa de melhoria. Esta interpretação de motivações, que é a abordagem mais próxima a um significado inequívoco que poderia ser dado à interpretação econômica, é quase totalmente falsa. A proposição de que os homens agem para viver é simplesmente contrária aos fatos. O oposto está muito mais perto da verdade – eles vivem para agir, cuidam em preservar suas vidas no sentido biológico, a fim de alcançar a *espécie* de vida que acham valer a pena. Algum escritor (não um economista ou psicólogo) observou que o amor pela vida, longe de ser a mais poderosa das motivações humanas, é talvez a mais fraca; de qualquer maneira, é difícil apresentar qualquer outra motivação ou sentimento pelo qual os homens não desperdiçam habitualmente suas vidas.⁷

Quando mudamos da preservação da vida individual para a da raça, como uma motivação, deparamo-nos com uma situação similar. Os homens darão suas próprias vidas pelo grupo, mas não pela sua *mera existência*; tais sacrifícios são feitos por uma vida melhor ou, pelo menos, por uma vida que valha a pena. A vida do indivíduo precede logicamente à do grupo, assim nossas necessidades fisiológicas precedem logicamente a outras superiores, mas novamente esta não é a ordem real de preferência. Possivelmente poucos homens civilizados recusariam morrer por seus companheiros se estivesse claro que o sacrifício era necessário e que seria efetivo.

Mas quando intérpretes materialistas falam da perpetuidade do grupo como uma motivação, eles provavelmente têm em mente não este resultado no abstrato, mas sim a sexualidade, os meios pelos quais são assegurados a continuidade e o crescimento no reino animal. Aqui, outra vez, eles estão completamente errados; existência social e bem-estar no abstrato são mais potentes do que a atração sexual, em qualquer interpretação grosseira. Com experiência sexual como com alimento,

⁶ Uma proporção consideravelmente maior pode, de certo, ser “necessária” no sentido de que sob as condições vigentes, uma pessoa não poderia obter e viver com a quantidade recomendada de calorias e proteínas nas formas mais baratas em que elas poderiam ser obtidas.

⁷ Um dos mais sérios defeitos da economia como uma interpretação da realidade é a hipótese de que os homens produzem para consumir. Exceto por aqueles muito por baixo na escala econômica, o oposto está porém perto da verdade, e as motivações para uma grande parte do consumo, mesmo da “classe baixa”, são de natureza social.

não é a coisa como tal que domina o indivíduo civilizado. Sua necessidade sexual é tão diferente daquela dos animais quanto um banquete, com todo requinte, o é da refeição do carnívoro faminto que conseguiu sua caça, ou de um abutre que foi guiado pelo olfato a um *suculento pedaço de carniça*. É outra vez uma questão de fato, e o fato patente é que quando a forma biológica da motivação conflita com a parte cultural, estética, ou moral dela – como mais ou menos sempre acontece – é a primeira que cede. A perversão sexual é de certo muito comum, mas isto também envolve, muito obviamente, o mesmo tanto de sofisticação cultural envolvido no amor romântico ou conjugal, embora de uma espécie diferente.⁸

Em qualquer aspecto esta interpretação biológica da conduta humana é falha. Nenhuma teoria de fome e sexo como motivações humanas resistirá a um exame. Não será negado que os interesses humanos evoluíram dos desejos animais, e são fundamentalmente contínuos com eles; e que um conhecimento do comportamento animal pode esclarecer problemas humanos, mas somente se interpretados com a maior cautela. O homem evoluiu muito acima, ou se isto parece pedir alguma explicação filosófica, ele, pelo menos, distanciou-se do plano em que a vida é o fim da atividade; de fato ele tem essencialmente revertido esta relação. Ele não labuta pela vida, mas pela boa vida, ou, no mínimo possível, por uma vida decente, que é um conceito cultural, convencional, e para isto ele dará sua própria vida; ele terá isto ou nada. Ele sofre exigências físicas similares às do animal, mas tem se tornado tão “particular” quanto ao seu modo de gratificação, que a forma domina a substância. Uma vida que tem como fim a simples existência é *intolerável* para ele. Quando seus valores artificiais, culturais, estão em extremo conflito com as necessidades físicas ele, um tanto tipicamente, escolhe o último, sacrificando quantidade de vida por qualidade, e é difícil imaginar como ele poderia ser impedido de fazê-lo. Dificilmente podemos imaginar uma sociedade escrava, colocada sob compulsão física tão efetiva, que os homens vivessem nela permanentemente. Se a eles fosse dada a mínima visão ou conhecimento de seus patrões ou do modo de vida deles, nenhuma provisão para todos os desejos físicos, por mais generosa, impediria algum indivíduo irracional de lançar um grito de “liberdade ou morte” e levar seus companheiros voluntários a alcançar um ou outro. É um fato histórico familiar que não são as populações violentamente oprimidas que se rebelam, mas aquelas cujo brando cativo permite uma prosperidade razoável.⁹

A suposição da interpretação de conduta materialista, econômica ou biológica, é que quando os homens precisam escolher entre alguma “necessidade real” e

⁸ É interessante que a conduta que os homens denunciam como sendo “bestial” (no campo do sexo e outros mais) é tipicamente de uma espécie a que as “bestas” nunca se entregaram. Os animais não são promíscuos de princípio, mas simplesmente indiferentes ao indivíduo; eles estão raramente sujeitos, como o homem está raramente livre, da noção peculiar de que um indivíduo do sexo oposto é diferente dos outros em questões sexuais.

⁹ Deixamos de mencionar a luta de classe historicamente associada com a interpretação econômica. Pode ser notado de relance que o motivo efetivo de insurreição, e especialmente de sua liderança pela classe alta, é essencialmente idealista. As revoluções raramente, ou nunca, teriam sucesso sem a crença de que a causa é justa, na mente de *ambas as partes* em luta. A noção acalentada de Labriola de que as pessoas fabricam razões sentimentais para seus atos quando seus motivos reais são materialistas, ganhará também mais em verdade do que perderá ao ser invertida. Por trás da muito explorada motivação econômica nos antagonismos internacionais, considerações convencionais e sentimentais estão também evidentes. A razão da luta dos homens em guerra é o conflito de culturas, cuja devoção está proverbialmente desligada de qualquer superioridade objetiva.

uma consideração sentimental, eles escolherão a primeira. A verdade é que quando o problema é apresentado, eles fazem tipicamente o reverso. Para qualquer propósito social prático, beleza, convencionaisidades, e a gratificação de todas as espécies de " vaidades ", são mais necessárias do que alimento e abrigo.¹⁰

Alguma atenção deve ser dada agora a outro método de interpretar a conduta, relacionado de perto com o biológico e, como ele, tendo o propósito de fornecer uma medida objetiva de bem estar. Esta é a teoria de que o homem herdou certos *instintos* que devem conseguir uma medida substancial de expressão bem sucedida em ação, ou o indivíduo desenvolverá desajustes, disposição bloqueada, e infelicidade. Nós não podemos nos estender em mostrar o fracasso desta teoria na explicação do comportamento real ou na produção de requisitos ideais, mas felizmente é desnecessário fazê-lo, pois a doutrina é considerada agora, apropriadamente, ultrapassada.¹¹ A significância reivindicada para a teoria é a de suplementar a interpretação biológica. Certos atos, agora inúteis no sentido biológico, teriam sido úteis sob diferentes condições no passado, e o organismo tornou-se tão adaptado a eles que seu funcionamento normal depende de sua atuação continuada.

Caso os instintos possam ser úteis cientificamente, deve certamente ser possível alcançar alguma idéia de seu número e identidade. Mas tem havido sempre uma discordância substancialmente unânime neste ponto. Logicamente, a escolha parece recair entre um instinto simples sem sentido, para fazer coisas em geral, e a hipótese igualmente sem sentido, de um instinto separado para cada ato possível. Entre estas duas visões há um campo livre para classificação arbitrária. Listas razoavelmente concretas têm sido propostas, consistentes principalmente de enumerações de ação em possíveis tipos de situações de conduta, reduzindo-se grandemente a pares de opostos. Para uma simples ilustração, um animal em perigo pode lutar ou correr. A partir daí nossos teóricos apresentam um "instinto" para cada um destes tipos de reação. Isto decerto nada nos diz do que queremos saber, que é *qual* das possíveis reações vai acontecer. Não é esclarecedor o dizer que a conduta consiste em escolher entre possíveis alternativas.

¹⁰ Essa tese não pode ser elaborada e enfatizada como merece. Alguma referência deve ser feita ao mais notório advogado do ponto de visto oposto, entre os filósofos sociais, Herbert Spencer. Seu trabalho é um desenvolvimento do princípio de que todos os valores humanos são avaliados pelo critério de visar o "aumento de vida", princípio que ele vê como axiomático tanto do ângulo do direito quanto da necessidade. Nossa contenção é que realmente o aumento de vida é mais um subproduto da atividade, num sentido um mal necessário.

É interessante notar que "quantidade de vida" não pode ter um significado objetivo como uma quantidade mensurável, para nada dizer de seu caráter ético. Vida é um complexo altamente heterogêneo cujos elementos resistem à redução a qualquer denominador comum em termos físicos. Como comparar a quantidade de vida de um porco com a do ser humano? Elas são coisas de *espécies* diferentes. Para o senso comum, um punhado de pulgas conteria mais "vida" do que uma assembléia ou uma reunião da "Royal Society", mas Mr. Spencer dificilmente disputaria que ele representa um "valor maior". A única medida de vida puramente física que é prontamente concebível seria a determinação da quantidade de energia em *ergs* envolvida em mudança metabólica numa unidade de tempo. Uma confusão, essencialmente a mesma de Spencer, parece estar subjacente ao contraste entre os valores industriais e pecuniários desenvolvidos por Veblen e Davenport. Não há nenhuma medida mecânica de valores que resista a uma análise, e nós não podemos comparar valores ou espécies de valores sem ter alguma coisa a dizer sobre padrões de valores para reduzir a termos comuns magnitudes infinitamente variadas em espécies.

¹¹ C.P. Ellsworth Faris, "Are Instincts Data or Hypothesis", *American Journal of Sociology*, Setembro, 1921. Também C. E. Ayres, "Instinct and Capacity", *Journal of Philosophy* - Oct. 13 e 27, 1921.

Uma simples classificação de sentimentos ou ardentes desejos tem algum interesse, não importa quão sem utilidade científica possa ser, mas o psicólogo dificilmente pode reivindicar ter “descoberto” as emoções. Neste contexto, é interessante considerar a extensão em que as motivações formam realmente pares de opostos. Há numerosos pares ou polarizações que marcam mais profundamente a natureza humana do que o fazem os instintos propostos. Nossas razões para querer coisas vêm, surpreendentemente em larga medida, do desejo de sermos como outras pessoas, e do desejo de sermos diferentes; nós desejamos fazer coisas porque podemos ou porque não podemos; almejamos companhia, do tipo certo, mas a necessidade de privacidade, de solidão mesmo, é igualmente imperativa; gostamos do familiar, também da novidade, segurança, mas da mesma forma, aventura, etc. O hábito de adquirir, o instinto que deveria ser o mais vendável para o economista, é talvez apenas o oposto de nosso declarado gregarismo, um sendo essencialmente o desejo de excluir outros de certos interesses, e o outro o desejo de partilhá-los. Tudo isto, como egoísmo e altruísmo, tem algum significado, mas dificilmente constituem base apropriada para uma classificação científica. É significativo que Mc Dougall, o pai da moderna teoria do instinto, considerou o elemento de sentimento como a única parte estável do instinto, sendo ambos estímulo e reação sujeitos a indefinidas guinadas e mudanças. A inadequabilidade de tal abordagem como uma fundação para a superestrutura construída na forma de leis científicas de *comportamento*, dificilmente merece comentários.¹²

Da teoria do instinto, nós nos voltamos naturalmente para a antiga doutrina de psicologia e ética, sua antecessora, estabelecendo que o fim da atividade é um “ajustamento harmonioso” do organismo, um funcionamento suave e desobstruído dos sistemas digestivo, neuro-muscular e glandular (e talvez do reprodutivo também, e qualquer estrutura especial voltada ao atendimento do jovem ou de outras atividades sociais) e para a consciência, um sentimento de satisfação ou conforto que acompanha esta condição.¹³ Freudianismo e a psicologia do anormal têm parecido

¹² O defeito lógico da teoria do instinto é uma falta de entendimento dos objetivos e métodos do procedimento científico, falácia que também domina a tentativa de fazer a psicologia científica. A significância dos instintos estaria na aplicação do método analítico para o estudo da consciência (aqui no seu lado conativo ou voluntário). Análise em ciência natural significa coisas diferentes em casos diferentes, sendo a base geral de seu emprego o fato de uma coisa poder ser explicada pelo conhecimento daquilo de que é feita. Em alguns casos nós podemos prever o todo a partir das partes por simples adição, em outros pela adição dos vetores, como de forças em mecânica. Em outros casos nós só podemos prever empiricamente como na química. As propriedades do composto (exceto massa) não têm nenhuma relação simples ou geral com aquelas dos elementos, mas nós sabemos, por experiência, que o mesmo composto pode sempre ser obtido dos mesmos elementos, colocando-os juntos do mesmo modo (e vice-versa). O caso das cores é interessante. Uma cor do espectro é fisicamente tão primária quanto outra, entretanto, umas poucas são primárias *no sentido de que* nós podemos obter as outras pela mistura delas. *Nenhuma dessas suposições é válida* no estudo da consciência, e a análise deve ter um significado muito especial neste campo, se é que ela tem algum significado. Em nossa opinião, o Professor Bode pôs um fim eterno em muito do que passa por ciência em psicologia. Ver seu artigo sobre “The Doctrine of Focus and Fringe”, *Philosophical Review*, 1914.

¹³ Os socialistas assumiram o hedonismo em vez de questioná-lo. Spencer considerou também como axiomático que as atividades que sustentam a vida são necessariamente razões de prazer (*Data of Ethics*, sec. 34) e vice-versa. O pragmatismo moderno parece se desenvolver nos termos da mesma suposição ambígua de que o Bom é idêntico a ambos, o biológico benéfico e o realmente desejado. Parece-nos que o pensamento crítico confirma o senso comum ao repudiar ambas as partes deste dogma.

confirmar esta opinião, e Thorndyke¹⁴ também, embora reservadamente, fala de comportamento como controlado por “o que dá prazer” e “o que dá aborrecimento”. Talvez um comentário suficiente sobre a teoria hedonista seja examinar rapidamente, outra vez, as principais categorias de desejos econômicos, alimento, vestuário, abrigo, diversão, etc., e simplesmente fazer a ingênua pergunta sobre que fração dos gastos de um homem comum para qualquer delas o faz “sentir-se melhor”, ou é esperado que o faça. Quanto mais alto alguém está na escala econômica, tanto mais sucesso terá em conseguir o que todos tentam, maior porém é a proporção de seu consumo que tende a fazê-lo menos, e não mais, “confortável”.

Os autores literários de grande imaginação, sempre indefinidamente melhores psicólogos do que os chamados psicólogos, nunca caíram em desilusão tão palpável quanto acreditar que os homens ou lutam pela felicidade, ou esperam tornar-se felizes por esta luta. O mesmo tem sido verdadeiro para os filósofos e pensadores religiosos de todos os tempos, e mesmo os economistas têm reconhecido a futilidade da tentativa de satisfazer desejos. É óbvio que os desejos se multiplicam no mínimo numa razão tão grande quanto as cabeças da famosa Hidra. Os Gregos como também os Indús, os Epicuristas como também os Estóicos e Cínicos, perceberam, nos primórdios da cultura moderna, que é indefinidamente mais “satisfatório” e “econômico” reprimir os desejos do que tentar satisfazê-los. Nem os homens que realmente sabem o que querem – e que não consumiram sua vitalidade numa vida anti-natural ou no excesso de certo tipo de pensamento – querem satisfeitos os seus desejos. Este argumento de economistas e outros pragmáticos de que os homens trabalhem e pensam para se livrarem de problemas é, pelo menos, meia inversão dos fatos. As coisas para as quais nós trabalhamos são “aborrecedoras” tão freqüentemente quanto “prazenteiras”; nós despendemos tanta engenhosidade envolvendo-nos em confusões quanto saindo delas e, de qualquer modo, o suficiente para nos manter efetivamente envolvidos. É de nossa natureza “viajar longe para buscar inquietação”, e “esta distância dá encanto à visão”. Não pode ser sustentado que a própria civilização faça os homens “mais felizes” do que o são na barbárie. O objetivo da educação não é certamente fazer qualquer um feliz; sua finalidade é antes levantar problemas do que resolvê-los; a associação de tristeza e sabedoria é proverbial, e o mais famoso dentre os sábios observou que “em muita sabedoria há muito sofrimento, e aquele que aumenta o seu conhecimento aumenta sua dor”. Então, a busca de “coisas superiores” e as benevolências demasiadas são igualmente falhas se o teste é felicidade.

Mas o teste não é a felicidade. E por isto não queremos dizer que não deveria ser, mas sim o simples fato de que não é isto o que o homem quer. É uma objeção completa e conclusiva a utopias o fato de que os homens simplesmente não viverão num mundo onde tudo ocorre tranqüilamente, e a vida é livre de cuidados. Nós todos recordamos o alívio de William James ao escapar de Chatauqua. Um homem que não tem do que se preocupar, ocupa-se imediatamente em criar alguma coisa, entra em algum jogo absorvente, apaixona-se, prepara-se para conquistar algum inimigo, ou caça leões, ou vai para o Polo Norte, ou qualquer outra coisa do tipo. Relembramos também o caso de Fausto, que o próprio demônio não pôde inventar artimanhas e aventuras rápidas o suficiente para dar à sua alma um momento de paz. Então ele morreu, buscando e lutando, e o Anjo pronunciou com isso “salvo”:

¹⁴ *The Original Nature of Man*, New York, 1913.

"Wer immer streben sich bemüht, den können wir erlösen". A filosofia do prazer é uma falsa teoria de vida; gera dor, sofrimento e tédio: estes três; e o maior destes é o tédio. Os hindus investigaram a questão da felicidade até o fim e há muito tempo atrás, chegando à conclusão inevitável – Nirvana – apenas vida suficiente para gozar o estar morto.¹⁵

A idéia de uma distinção entre desejos econômicos e outros desejos deve ser abandonada. Nenhum objetivo definível há, seja subsistência, gratificação de impulsos fundamentais ou prazer, que servirá para separar qualquer de nossas atividades do corpo de conduta como um todo. Nem há, nós queremos especialmente enfatizar, qualquer objetivo *definível* que caracterize propriamente qualquer delas. Ela simplesmente não é expressamente dirigida para a satisfação de quaisquer desejos, ou conquista de quaisquer fins externos ou internos¹⁶ que possam ser formulados em proposições e tornados sujeito de discurso lógico. Todos os fins e motivações são econômicos, pois requerem o uso de recursos objetivos em sua realização; todos são ideais, convencionais, ou sentimentais, pois a tentativa de definir fins objetivos falha. Por trás de todos está "o irrequieto espírito do homem",

¹⁵ Há um incidente na vida de Pirro, como contou Plutarco, que mostra a natureza do homem e suas motivações, bem melhor do que toda a psicologia científica já escrita, merecendo ser repetido substancialmente como contou o autor.

"Quando Pirro então se retirou para Épiro, deixando a Macedônia, ele teve uma ótima ocasião, dada a ele pela fortuna, de deleitar-se em calma e governar seu próprio reino em paz. Mas ele estava persuadido de que não incomodar os outros, nem ser incomodado por eles, seria uma vida insustentavelmente morosa e tediosa... Sua ansiedade por um novo empreendimento foi aliviada da seguinte maneira. [Segue-se um relato de sua preparação para fazer a guerra contra Roma.]

Havia então na corte de Pirro um Tessaloniano chamado Cineas, um homem sensato, e... que se devotou a Pirro em todas as tarefas que lhe foram confiadas... e ele continuou acumulando-o de honrarias e empreendimentos. Cineas, percebendo então a intenção de Pirro pelos seus preparativos para a Itália, aproveitou a oportunidade, quando o viu descansando para encaminhá-lo para a seguinte conversa: 'Os Romanos têm a fama de serem excelentes soldados, e têm o comando de muitas nações guerreiras: se houver por bem aos céus que nós os conquistemos, que uso, Senhor, faremos de nossa vitória?' 'Cineas', respondeu o rei, 'sua pergunta se responde. Quando os Romanos estiverem subjulgados de vez, não há cidade grega ou bárbara, em todo o país, que ousará opor-se a nós; seremos imediatamente senhores de toda a Itália, de cuja grandeza, poder e importância nenhum homem conhece tanto como você.' Cineas, depois de uma pequena pausa, continuou. 'Mas, depois de termos conquistado a Itália, o que faremos a seguir, Senhor?' Pirro não percebendo ainda sua intenção, replicou, 'há a Sicília muito perto, estendendo os braços para nos receber, uma ilha fértil e populosa, fácil de ser tomada...' 'O que dizeis, meu príncipe', disse Cineas, 'é muito provável; mas vai a tomada da Sicília concluir a nossa expedição?' 'Longe disto', respondeu Pirro, 'pois se os céus nos garantirem sucesso nisto, este sucesso será apenas o prelúdio para coisas maiores. Quem pode evitar Líbia e Cartago, então à mão?... E quando tivermos tais conquistas, quem pode se atrever a dizer que qualquer de nossos inimigos, que são agora tão insolentes, pensará em resistir-nos?' 'Para ser exato', disse Cineas, 'eles não o farão... Mas quando tivermos conquistado todos, o que faremos então?' 'Aí, então, meu amigo', disse Pirro rindo, 'nós descansaremos, beberemos e seremos felizes.' Cineas, tendo-o levado até aí replicou, 'e o que nos impede de beber e descansar agora, quando já temos em nossas mãos aquelas coisas, as quais nos propomos chegar através de mares de sangue, através de infinhos trabalhos árduos e perigosos, através de inúmeras calamidades, que devemos, ambas, causar e sofrer?' Este discurso de Cineas causou dor a Pirro, mas nada reformulou..."

¹⁶ O termo felicidade é tão heterogêneo quanto qualquer outro; seu único significado é que o fim da ação é certo estado de consciência. Além de ser tão vaga quanto possível, esta afirmação, na opinião de praticamente todos os pensadores em ética que não foram enganados pela lógica econômica e pelo próprio sistema de preços, é falsa.

que é mais um ser que aspira do que um ser que deseja; e uma tal caracterização, cientificamente indescritível e insatisfatória, é o melhor que podemos dar.¹⁷

Para o propósito de definir economia, o procedimento correto parece ser o de começar pelo significado ordinário do verbo economizar, isto é, usar sabiamente os recursos para alcançar fins *dados*. Na medida em que os fins são vistos como determinados, como dados, então toda atividade é econômica. A questão da efetividade da adaptação de meios é a única pergunta a ser feita com relação à conduta e a economia é, incluindo tudo, a ciência da conduta.¹⁸ Desse ponto de vista o problema de vida torna-se simplesmente o problema econômico, como empregar a quantidade existente e disponível de toda sorte de recursos, humanos e materiais, naturais e artificiais, para produzir o máximo *montante de satisfação de desejos*, incluindo o provimento de novos recursos para aumentar o valor da produção, em tanto quanto a presente população encontra-se realmente desejando progresso futuro. *A suposição* de que desejos ou fins são dados reduz a vida à economia,¹⁹ e levanta outra vez a questão da qual partimos. É a vida somente economia, ou esta visão pede suplementação de uma perspectiva ética do valor?

O conceito de economia esboçado acima está em harmonia com as tradições da literatura econômica. O "homem econômico", tema familiar de discussão teórica, tem sido muito maltratado por ambos amigos e inimigos, mas tal conceito, explícito ou implícito, está subjacente a toda especulação econômica. O homem econômico é o indivíduo que obedece às leis econômicas, o que é simplesmente dizer que ele obedece a *algumas* leis de conduta, sendo a tarefa da ciência descobrir quais são as leis. Ele é o homem *racional*, o homem que sabe o que quer e ordena sua conduta inteligentemente com vista a obtê-lo. Em nenhum outro sentido pode haver leis de conduta ou uma ciência de conduta; a única "ciência" de conduta possível é aquela que trata do comportamento do homem econômico, isto é, economia no mais amplo

¹⁷ Este raciocínio refuta da mesma maneira tais classificações de desejos como o Prof. Everett fez no seu livro maravilhoso sobre Valores Morais (Cap. VII, sec. esp. II), e a distinção entre valores industriais e pecuniários, já mencionada. Todos os tipos de valores de Everett são econômicos; de fato, aproximadamente qualquer valor específico pertence à maioria de suas classes.

Com respeito a "fins reais", nós devemos anotar a fútil busca de um Sumo Bem pelos pensadores éticos.

¹⁸ Em termos de divisão de trabalho acadêmico, isto terá de ser restrito pela exclusão do aspecto tecnológico da adaptação, restringindo a economia à teoria geral da organização. A maior parte da atenção será praticamente dada à teoria da organização *existente*, através da propriedade privada e da livre troca competitiva, o que faz da economia virtualmente a ciência de preços. Nossa definição do aspecto econômico do comportamento inclui não somente a tecnologia, como ordinariamente entendida, mas as técnicas de todas as artes.

¹⁹ Isso é, no lado prático ou de conduta. Uma palavra pode ser devida quanto à relação entre economia como uma ciência amplamente concebida deste modo e as ciências afins. Conduta não é a mesma coisa que comportamento humano, muito do último é admitidamente caprichoso, irracional, praticamente automático em sua natureza. Diferentes ações têm em vários graus o caráter de conduta que definimos, com Spencer, como "a adaptação de atos a fins", ou brevemente, atividade deliberativa e racional. Muito do que é no momento virtualmente reflexivo e inconsciente é, entretanto, o resultado de hábito ou auto-legislação no passado, e assim fundamentalmente racional. Mas há um lugar para o estudo de respostas automáticas, ou behaviorismo, e também para psicologia, que não deve ser confundido com o primeiro.

Não tivemos a intenção, de maneira alguma, de repudiar a tentativa da biologia em explicar o fim, ou as motivações, que a ciência da conduta usa como dados. Isso é muito louvável, como o é também o esforço para explicar a biologia em termos físico-químicos. Essas pesquisas devem ser levadas tão longe quanto possível; discordamos somente da suposição de que elas explicaram alguma coisa quando não o fizeram, e da afirmação dogmática (de ambos os lados) sobre até onde é intrinsecamente possível levar tais explicações.

sentido em que usamos o termo. Um princípio científico necessariamente toma a forma de que certas coisas, sob dadas condições podem ser contadas como de acontecimento certo; no campo da conduta, as condições dadas são os desejos ou fins e os fundamentos lógicos ou técnicos para consegui-los.

As objeções levantadas contra a noção do homem econômico são, entretanto, também razoáveis em seus próprios termos. Elas se reduzem à proposição de que *não há tal homem*, e isto é literalmente verdade. Os seres humanos não agem, em seu comportamento consciente, de acordo com leis e, em sentido concreto, uma ciência de conduta é uma impossibilidade. Eles não sabem o que querem – para nada dizer do que é “bom” para eles –, nem agem muito inteligentemente para conseguir as coisas que decidiram tentar obter.²⁰ A limitação na inteligência – conhecimento de técnica – não é fatal à concepção de um tratamento científico de comportamento, pois as pessoas são “mais ou menos” inteligentes e “tendem” a agir inteligentemente, e toda ciência envolve uma grande medida de abstração. Muito maior, essencialmente, é a limitação devida ao fato de que as “condições dadas”, as causas em processo, não são realmente dadas; os desejos não são fundamentalmente dados e o indivíduo reconhece, mais ou menos completamente, que eles não o são.

A definição de economia deve, então, ser revisada para atestar que ela trata da conduta *na medida em que* conduta seja sujeita a tratamento científico, na medida em que ela seja controlada por condições definíveis e possa ser reduzida a lei. Mas isto, medido pelos padrões da ciência natural, não vai muito longe. *Não há nenhum dado* para a ciência da conduta num sentido análogo à ciência natural. Os dados de conduta são temporários, mutáveis e específicos do indivíduo, situações únicas num grau tão elevado que a generalização é relativamente infrutífera. *Por um tempo determinado*, um indivíduo age (mais ou menos) como se sua conduta estivesse dirigida para a realização de um fim mais ou menos avaliável, mas na melhor das hipóteses temporário e vago. A pessoa mesma está usualmente ciente de que ele não é realmente final, não realmente um “fim”, ele é somente o fim do ato isolado, e não o fim fundamental da conduta. Um homem envolvido num jogo de xadrez age *como se* o valor supremo da vida fosse capturar as peças de seu oponente; mas este não é obviamente um fim verdadeiro ou final; as circunstâncias que levaram o indivíduo a aceitar aquilo como um fim momentâneo, aparecem largamente sob a forma de acidente, e não podem ser reduzidas a lei – e a situação de conduta típica na vida civilizada é análoga ao jogo em todos os detalhes essenciais.

A ciência da conduta é, portanto, possível somente se seu assunto tornar-se abstrato ao ponto de dizer-nos pouco ou nada sobre comportamento real. Economia lida com a forma de conduta, em vez de sua substância ou conteúdo. Nós podemos dizer que um homem preferirá, em geral, uma maior quantidade de riqueza a uma menor (o traço principal do homem econômico), porque na proposição o termo “riqueza” não tem nenhum sentido concreto definido; ele é simplesmente um termo abstrato abrangendo tudo o que os homens realmente (temporariamente) querem. A única outra importante lei de conduta, a lei de utilidade decrescente, é quase tão abstrata; seu conteúdo objetivo está coberto pela afirmação de que os homens se esforçam mais por distribuir a renda, na maneira mais satisfatória do momento, entre um número indefinido de desejos e meios de satisfação, do que por concentrá-

²⁰ Deste ponto de vista, outra vez, os animais são superiores ao homem, nisto sendo mais inteligentes, sensíveis; um porco sabe o que é bom para ele e o faz!

la em um ou uns poucos. Tais leis não são importantes, porque lidam com forma somente e virtualmente nada dizem sobre conteúdo, mas é imperativo compreender o que elas significam, e o que não significam.

Se alguém deseja estudar o conteúdo concreto de motivações e conduta deve trocar a teoria econômica pela biologia, psicologia social e, especialmente, história da cultura. História da cultura não é, portanto, um método da economia, como a discussão histórica levaria a pensar, mas um campo diferente de investigação. Ele dá uma descrição *genética*, mas não *científica* de seu assunto. A história tem, deveras, tentado tornar-se uma ciência e o esforço tem produzido inúmeras “filosofias da história”, mas existe abertura para sérias dúvidas quanto à existência de “leis” da história, e quanto ao projeto inteiro não estar baseado numa interpretação incorreta.²¹

Se a ciência da economia está limitada à forma abstrata de conduta, e se o tratamento de conduta no concreto toma a forma de história mais do que de ciência, que dizer da ética? Em adição à explanação da conduta em termos de motivações, e à explicação das motivações, o senso comum levanta outra espécie de questão, a da *avaliação* das motivações. Mas nos deparamos de princípio com a dificuldade, logicamente insuperável, de que o criticismo de um fim implica em algum *padrão*, que só pode logicamente ser um outro fim, que para entrar no discurso lógico deve ser visto como um dado, como o primeiro. Então, cientificamente, nós nunca podemos ultrapassar a questão de se um fim entra em conflito com outro e, assim sendo, qual deles deve ser sacrificado. Mas esta simples comparação de fins como magnitudes dadas pertence ao cálculo econômico, envolvido em criar a quantidade máxima de valor, ou de satisfação de desejo, a partir de uma dada fonte de recursos; então, parece não haver lugar para nada além da economia no campo de valor, e nada há cientificamente. Se tivermos que estabelecer um lugar para a ética, realmente diferente da economia e independente dela, isto deve ser feito pela descoberta de fins ou padrões que sejam alguma coisa mais do que dados científicos.²²

Para aqueles a quem ética é somente uma economia mais ou menos “glorificada”, a virtude é correspondentemente reduzida a uma prudência ampliada. Mas o elemento essencial no senso moral comum da humanidade parece ser a convicção de que há uma diferença entre virtude e prudência, entre o que alguém “realmente quer” fazer e o que alguém “deve” fazer; mesmo se alguma “sanção”, religiosa ou de outra natureza, estabelece como fundamentalmente prudente o fazer correto, continua pelo menos verdadeiro que é prudente porque correto e não correto porque prudente, ou porque não há nenhuma diferença entre os dois. Uma parte considerável da literatura sobre ética consiste do debate sobre a validade desta diferença e do

²¹ É impossível discutir em detalhes as relações entre explanação histórica (genética) e científica. A diferença é, talvez, suficientemente bem estabelecida para justificar o uso dos termos sem uma análise filosófica muito longa. Nosso ponto de vista não é de que qualquer uma delas seja superior à outra; nós simplesmente insistimos que elas são diferentes, e que cada uma pode cumprir melhor o seu propósito especial em se reconhecendo a diferença.

²² Ficou acentuado antes, no princípio da presente discussão, que uma importante escola de especialistas em ética (o hedonismo) simplesmente amplia os princípios da economia, e não acredita em qualquer outra ética. Os economistas têm geralmente se agarrado a esta opinião - o princípio é o mesmo, não importando se o bem é chamado prazer ou satisfação-de-desejo, desde que seja tido como quantitativo - e agora a mesma posição está sendo tomada pela escola realista de filósofos que encaram valor como uma qualidade real nas coisas. Cf. R. B. Perry, *The Moral Economy*.

senso moral comum, o que é dizer, sobre se há a tal coisa chamada ética ou não, e a questão cria talvez a divisão mais fundamental entre as escolas de pensamento. Nenhuma dificuldade houve para os gregos, que não tinham em sua língua uma palavra para dever ou consciência; também nenhuma há para os “pagãos” modernos, que consideram essas coisas como superstições ultrapassadas. Deve parecer dogmática a aparência de se estar tomando partido na questão, sem se elaborar um inteiro sistema filosófico para a justificativa da posição; mas o que desejamos salientar é que, se há de existir uma ética real, ela não pode ser ciência, citando também umas poucas razões para se acreditar na possibilidade de uma ética real.

A primeira destas considerações é o argumento, desenvolvido neste artigo, de que a visão de fins como dados científicos cai por terra ante uma análise. O segundo é que o criticismo racional, econômico, de valores dá resultados repugnantes em relação a todo senso comum. Nessa perspectiva, o homem ideal seria o homem econômico, o homem que sabe o que quer e “o persegue” com unicidade de propósito. O fato é, certamente, o reverso. O homem econômico é o egoísta, cruel objeto de condenação moral. Além disso, não conferimos estima e afeição baseados só ou principalmente na conduta, mas, bastante irracionalmente, nas próprias motivações, nos sentimentos aos quais imputamos a conduta.

Não podemos discorrer longamente sobre a habilidade moral do mundo sob diferentes hipóteses, ou argumentar a questão quanto a se tais implicações constituem “evidência” para a hipótese em questão. O defensor desiludido do pragmatismo e do pensamento objetivo geralmente admitiria que a “ilusão moral” tem resistido ao teste pragmático, admitindo sua utilidade, enquanto sustentando que, cientificamente, ela é uma mistificação. Mas é pertinente observar que o mundo material não pode ser construído pelo pensamento através de dados puramente objetivos. Há sempre um elemento de sentimento em cada crença. Força e energia são notoriamente sentimentos nossos que transferimos às coisas, mas não podemos pensar numa coisa como real sem forçá-la a ser real. Aparentemente, nós somos incapazes de imaginar qualquer coisa como existindo sem colocar nela uma centelha de nossa própria consciência. Atrás de todo fato há uma teoria, e atrás desta um interesse. Não há razão puramente objetiva alguma para se acreditar em qualquer coisa, nem mais do que há para se fazer qualquer coisa, e se nossos sentimentos nada nos dizem sobre a realidade então nada sabemos, e nada podemos saber sobre ela. A partir daí fica mais fácil perceber que a repugnância intolerável da idéia de que, não somente dever e direito, mas todo esforço, aspiração e sacrifício são desilusões, é afinal uma razão tão boa para se acreditar que não o são, como o que temos para acreditar que a terra sólida existe é apenas o fato que se nos apresenta que sim.

Mas o principal argumento para a validade e necessidade de uma ética real, não científica, transcendental, nasce das limitações da explanação científica. Nós vimos que o tratamento “científico” da conduta está restrito à sua forma abstrata, que o seu conteúdo concreto pode somente ser explicado “historicamente”. Mas ao lidarmos com problemas humanos, nós estamos constantemente retrocedendo a categorias ainda mais distanciadas da científica, sobre relações que não podem de maneira alguma serem formuladas em proposições lógicas, e nós devemos admitir que uma grande parte de nosso “conhecimento” é deste caráter. Que a linguagem figurativa transmite sim um significado, entretanto, é indiscutível, e é comumente um significado que não poderia ser expresso literalmente. Quando Burns diz que seu Amor é “como uma rosa vermelha”, etc., quando Kipling fala-nos de Fuzzy-Wuzzy que “Ela é uma margarida, ela é um patinho, ela é uma ovelha”, suas palavras

significam alguma coisa, embora não seja o que elas dizem! William James comentou sobre a efetividade destas comparações cuja base física é indecifrável, ilustrando por declarações de que o estilo de um certo autor é como a atmosfera de um quarto, onde pastilhas foram queimadas. Deixe qualquer pessoa pegar mesmo um livro texto de ciências, e tentar traduzir todas as expressões figurativas em literais, em formas puramente lógicas, e ele vai descobrir quão impossível é descrever o mundo em termos que significam exatamente o que dizem.

Desta descrição geral deve ser o criticismo de valores, como o é o caráter do criticismo estético e literário. Nossos valores, nossos padrões, são apenas mais obviamente do mesmo caráter que nossos desejos revelam ser quando analisados – indescritíveis porque instáveis, crescendo e mudando pela necessidade de sua natureza interior. Isto é, certamente, intelectualmente insatisfatório. A mente científica pode apoiar-se somente em uma das duas posições extremas, a de que há valores absolutos, ou a de que o desejo exclusivo do indivíduo é um absoluto e tão “bom” quanto qualquer outro. Mas nenhuma destas é verdadeira; nós devemos aprender a pensar em termos de “padrões de valores” que têm validade de uma espécie mais sutil. A meta superior da conduta é testar e experimentar estes valores, defini-los e melhorá-los, ao invés de aceitá-los e “satisfazê-los”. Não há quaisquer regras para julgar valores, e é o pior dos erros a tentativa de fazê-las – além da regra “use bom julgamento”; mas é também da maior falsidade a afirmação de que uma opinião é tão boa quanto outra, que *de gustibus non disputandum est*. O Professor Tufts colocou a questão numa forma primorosamente epigramática que dá ênfase à sua insatisfatoriedade de um ponto de vista racional, científico: “O único teste para a bondade é que as pessoas boas, após reflexão, aprovam-na e optam por ela – tal como o teste para pessoas boas é que elas escolhem e fazem o bem”.²³

Se as sugestões lançadas acima são seguras, há lugar no campo da conduta para três diferentes tipos de tratamento: primeiro, uma visão científica, ou econômica e tecnológica; segunda, uma visão genética, ou histórica da cultura, e terceira, para um Criticismo de Valores. A discussão da última, como do criticismo literário e artístico, fluirá em termos de sugestão ao invés de afirmação lógica, em linguagem figurativa em lugar de linguagem literal, e seus princípios poderão ser obtidos através de interpretação congenial em lugar de cognição intelectual.²⁴

²³ Veja ensaio sobre “The Moral Life”, no volume intitulado *Creative Intelligence*, por Dervy e outros. O Professor R. B. Perry numa análise igualmente maravilhosa ilustra a inevitável reação econômico-cientista a este ponto de vista. Veja *International Journal of Ethics*, vol. 28, p. 119, onde o Professor Perry, referindo-se à proposição citada acima, diz: “... isto não pode parecer a seu autor como se parece a mim. Eu só posso registrar a minha desconcertante estupefação”.

²⁴ Caso história e criticismo devam ter seus métodos apropriadamente designados, e caso devam ser adequadamente distinguidos das “Ciências”, há obviamente uma necessidade de melhor terminologia. Adjetivos tais como genético e normativo, usados com a palavra ciência são objetáveis, mas talvez o melhor que podemos fazer. Eles não enfatizam suficientemente os contrastes. Deve ser notado que alguns escritores têm tentado fazer ética científica com base em procedimento lógico algo diferente do esboçado acima. Eles encaram o fim da conduta como a produção de algum “estágio de consciência” (prazer ou felicidade), mas admitem que o ser de senso comum não conhece os efeitos dos atos e, portanto, o estudo especial da experiência passada (na base da *post facto* satisfatoriedade de resultados) é necessário para desenvolver regras de orientação. Este raciocínio não separa porém a ética da economia, pois que ele é outra vez uma simples questão de técnica para assegurar fins reconhecidos.